

IX CONFASER
**Congresso das associações e sindicatos dos trabalhadores da extensão rural
e do setor público agrícola do Brasil**

Aracaju-16-18 de outubro de 2006

Extensão Rural para o Eco-desenvolvimento: reflexão sobre métodos e políticas públicas

Eric Sabourin¹

A noção de projeto é importante para o desenvolvimento porque é ligada ao princípio de esperança e ao princípio de responsabilidade” I. Sachs, 2005

Introdução

O fato do nono congresso da Faser associar a extensão rural ao eco-desenvolvimento, e não ao hoje incontornável desenvolvimento sustentável, leva a ter um olhar renovado sobre o conceito promovido nos anos 80 por Ignacy Sachs e Maurice Strong. Convida-nos, em particular a examinar os desdobramentos da noção de eco-desenvolvimento em termos de visão econômica, social e ecológica do desenvolvimento rural e das políticas para a agricultura familiar.

Nessa comunicação, não vou falar muito da teoria do eco-desenvolvimento ou dos modelos econômicos, pois os documentos preparatórios do congresso redigidos por Álvaro Simon e Lino Moura (2006) trazem um impressionante e detalhado referencial teórico sobre o tema. O resgate da estratégia de eco desenvolvimento aponta para alguns desdobramentos importantes em termos de métodos e dispositivos institucionais de extensão e em termos de políticas públicas de desenvolvimento da agricultura, em particular familiar.

Neste sentido, gostaria de introduzir, a partir de referencias internacionais e de experiências brasileiras, o tema da construção social da inovação e do conhecimento, e o tema da parceria entre pesquisa, extensão e agricultores.

A noção da viabilidade de uma extensão rural para o eco-desenvolvimento coloca também, entre outras, algumas questões estratégicas como a relação com os agricultores e as suas organizações, o modelo institucional da estratégia de extensão rural e em particular a questão do seu financiamento, a formação dos recursos humanos.

Conseqüências do resgate da noção de eco-desenvolvimento

A in-sustentabilidade do desenvolvimento ilimitado do intercâmbio mercantil

O planeta terra é finito e a atividade econômica é gasta mais energia que gera, é entrópica por natureza (Georgescu-Roegen, 1979/1995). Essas duas evidências ainda não refutadas fazem que o modelo econômico fundado apenas no desenvolvimento do intercâmbio capitalista não seja sustentável (Clube de Roma, Daly, 1997).

¹ Pesquisador do Cirad, (UR Ação coletiva, mercados e renovação das políticas públicas), pesquisador visitante CNPq junto ao departamento de Sociologia da Universidade de Brasília . sabourin@cirad.fr

Mas parece cada dia mais difícil definir de maneira operacional o que seria um desenvolvimento sustentável e, portanto, propor alternativas.

Tenta-se associar (contraditoriamente) preservação do meio ambiente com viabilidade e eficiência da economia de intercâmbio mercantil. Em realidade continua-se provocando estragos sociais que têm que ser compensados por políticas de luta contra a pobreza (World Bank, 2000).

Não temos elementos para acreditar que o progresso tecnológico vai resolver definitivamente o esgotamento dos recursos não renováveis. Mas, mesmo se for, sempre foi verificado na história que progressos tecnológicos em matéria de acesso, uso ou exploração de recursos raros, coincidiram com mais concentração de poderes e mais diferenciação econômica e social. A continuidade do modelo atual quer no cenário de esgotamento de recursos naturais, quer no cenário de substituição por novas tecnologias, levaria de novo a mais desigualdades, por tanto mais conflitos, mais guerras.

Existe, de fato, uma ilusão do lado dos economistas inclusive heterodoxos, dos peritos e dos técnicos em querer fazer do desenvolvimento sustentável uma proposta científica e operacional (Mormont, 2000) quando, desde a sua origem, no espírito do relatório Brundtland (1987), tratava-se, antes de tudo de propor uma categoria política ampla e, portanto, federativa. Para Mormont (2000) a noção de desenvolvimento sustentável não constitui um conceito científico com embasamento empírico, o que dificulta a sua operacionalização como a sua avaliação (Veiga, 2005). Essa avaliação teria que ser ligada a princípios e valores, associados a subjetividade dos comportamentos. Tornou-se uma noção politicamente correta, flexível, adaptável ou recuperável, até por estratégias contraditórias entre elas (Compagnon, 2001).

É, precisamente, o que fez o seu sucesso com relação à proposta anterior do eco-desenvolvimento (Sachs, 1980) julgada muito radical ou aquela do decrescimento de Georgescu-Roegen (1979/1995) ainda mais marginalizada.

De fato, não é evidente preconizar um decrescimento econômico, ainda mais para os países em desenvolvimento, e não dá para enxergar que tipo de autoridade supranacional poderia impor um decrescimento aos países ricos. Assim, é provável que serão as crises que vão impor reduções e mudanças nos modos de consumo, de produção e de desenvolvimento. Cabe, portanto antecipar alternativas. Ora bem para certos tipos de alternativas os países do Sul e os países emergentes como o Brasil têm mais capacidades que os países ricos.

As premissas de economia humana no conceito de eco-desenvolvimento

Mas quais seriam as alternativas? As verdadeiras alternativas são, por natureza, conflituosas e contraditórias por que exigem mais equidade econômica e justiça social, a começar pelo acesso (e uso) mais justo aos recursos naturais: terra, floresta, água, e em particular aos não renováveis (minérios, petróleo, gás, etc.).

Encarar essa realidade supõe reduções do nível de gastos das sociedades mais ricas e conquistas dos seus direitos pelas mais pobres. Estamos nos deparando com o futuro da humanidade e obviamente com prioridades humanas, por tanto com alternativas de desenvolvimento colocando os valores materiais ao serviço dos valores humanos e não o contrário.

No início dos 80, o conceito de eco-desenvolvimento já incluía essas premissas (Sachs, 1980):

a) Desenvolvimento econômico mais humano e harmonioso; o homem como ponto de partida e de chegada; b) a economia ao serviço de objetivos sociais; Isto quer dizer os valores humanos em primeiro lugar.

c) Prudência ecológica (sobretudo no trópico úmido): corresponde ao valor responsabilidade pelo nosso planeta perante as gerações futuras

- d) Bio-sociodiversidade: responsabilidade perante espécies e etnias (etnodesenvolvimento)
- e) Equilíbrio espacial (sócio-ambiental e territorial): quer dizer equidade e justiça

Provavelmente, por isso, a estratégia de eco-desenvolvimento foi julgada demasiado radical e substituída por aquela do desenvolvimento sustentável.

Procurar alternativas a partir do homem como ponto de partida e de chegada, reinventar uma economia mais humana, significa trabalhar soluções enraizadas naquilo que os homens possuem de melhor e de menos mal repartido: os valores humanos e o seu potencial específico em produzir laços sociais.

Bonaïuti (2001) propõe produzir mais bens relacionais. São « *bens dos quais não podemos gozar isoladamente, mas apenas mediante uma relação entre aquele que oferece e aquele que demanda* ». Bonaïuti cita os serviços às pessoas (saúde, assistência, educação), os serviços culturais, artísticos, espirituais e religiosos.

Como não pensar nos serviços de assistência técnica e de extensão rural. E como não pensar nos pilares da agricultura camponesa e familiar ou dos sistemas rurais dos países do Sul que são a ajuda mútua, o manejo de recursos comuns, os sistemas de redistribuição e os mercados de proximidade, o compartilhamento de saberes.

Essa reflexão nos leva a também a questão dos instrumentos de políticas públicas e dos dispositivos de produção e difusão da inovação, como veremos adiante.

Existem diferentes modos de conhecimento e de construção da inovação

Mas os valores humanos remetem também para a diversidade dos saberes humanos e, no caso que nos interessa, para os conhecimentos dos agricultores.

Não campo da inovação agrícola e da extensão rural, Jean Pierre Darré (1999) luta há anos contra aquilo que ele chama o racismo da inteligência (Bourdieu, 1984) quer dizer os preconceitos contra os conhecimentos dos agricultores, preconceitos dos acadêmicos e dos técnicos, mas também dos próprios agricultores. Os primeiros pensariam para os outros e teriam o privilégio da inteligência sobre os agricultores, marcados por uma inferioridade de capacidade conceptual.

A superioridade dada na nossa sociedade aos saberes científicos sobre os saberes práticos não está unicamente ligada ao valor intrínseco de cada um desses saberes, ao seu valor epistemológico, mas a uma hierarquia social. Darré (1999) define o saber como “*um capital simbólico que tira seu valor do reconhecimento do qual é objeto*”.

É fundamental construir, como o faz Álvaro Simon (2006), o *ethos extensionista*, mas, é importante não esquecer o *ethos camponês* ou, mais simplesmente, lembrar ao serviço de quem ou de que projeto, trabalham os extensionistas.

Darré critica o modelo de representação dominante que implique numa divisão da sociedade entre produtores e usuários das técnicas e que considera o modo de conhecimento técnico-científico como o único legítimo. No Brasil, esse modelo hierarquizado agregou a manutenção de uma categoria separada e intermediária, de divulgadores, de transmissores entre os pesquisadores e os agricultores: os extensionistas.

O esquema descendente e linear de transferência de tecnologia teve sua função na época na revolução verde nos países do sul, num período em que se pensava que era a metodologia a mais apropriada. Teve, de fato certos sucessos, mais deixou uma maioria dos agricultores marginalizados, a tal ponto que foi superado há muitos anos nos países industrializados que fizeram a opção pela agricultura familiar (figura 1).

J.P. Darré na França, a partir dos trabalhos de Rogers e Kincaid (1991) e junto com Røling (1992), Engel (1997) e Van der Plough (2000) na Holanda, constitui uma referência essencial para a tomada de consciência entre os agrônomos da diferença entre as formas de conhecimento dos agricultores e aquelas dos técnicos (técnicos no sentido amplo, docentes, pesquisadores e extensionistas). Darré (1999) explicitou a noção de ponto de vista definida como a resultante de uma posição social e de uma atividade. O ponto de vista é construído no seio do grupo social; cada grupo apreende a realidade de uma forma particular. Cada grupo constrói o sentido que dá às suas ações, divide a realidade em categorias específicas - às quais faz corresponder palavras - e, atribui a elas, categorias traços pertinentes para a ação, dando valores a diversas maneiras de fazer. Darré (1996) chama esse conjunto de “forma de conhecimento”. Cada forma de conhecimento remete a categorias lingüísticas, a diversos modos de fazer, ligados à sua posição social e a valores associados a esses modos de fazer.

Darré (1999) mostra, sem idealizar nenhum “saber camponês” que se os agricultores, mesmo se não estão engajados numa atividade pura de concepção de tecnologias, são produtores de informação e de conhecimentos. Não se limitam em absorver ou deformar um saber produzido nos laboratórios ou nas estações de pesquisa, mas adaptam e transformam as inovações propostas pelos extensionistas e pesquisadores. Darré qualifica esse pensamento de “pensamento técnico”. A adoção de uma mudança técnica acompanha-se de uma atividade de concepção que dá um sentido aos elementos da mudança de maneira a integrá-los ao sistema conceptual dominante. A noção de ponto de vista permite apreender esse trabalho de concepção com relação a critérios de julgamento específicos a diferentes tipos de atores.

A confrontação das formas de conhecimento como base da construção, adaptação e divulgação da mudança (técnica ou social)

Essa confrontação entre os saberes (dos agricultores e dos técnicos) empresta a idéia de relações recíprocas presente na noção de configuração de Elias (1970/2004) para dar conta da interdependência entre os indivíduos (e os grupos sociais).

Como é possível que pessoas com pontos de vista, objetivamente situados e diferentes, possam comunicar e se compreender e isso, mesmo se não falam a mesma língua ?

Segundo Darré, é possível, a partir de uma convergência de construção da realidade (Berger e Luckman, 1966/1986). Rogers e Kincaid (1981) evidenciaram o modelo iterativo de comunicação por convergência (fig 2, 3 e 4). Essa convergência pode ser realizada mediante objetos comuns historicamente e socialmente construídos (Schutz, 1987, apud Darre, 1999) ou por meio de objetos intermediários (Vinck, 1999) e graças a uma distribuição social do conhecimento (cada um de nós, somos peritos num domínio restrito) que leva a necessidade de comunicação mútua e de configurações recíprocas com os outros, com outros grupos humanos. Os objetos comuns ou intermediários, no campo da extensão rural podem ser visitas, unidades demonstrativas, protótipos, mapas falantes, zoneamentos construídos com a participação dos agricultores, ou ainda ensaios ou testes conduzidos por eles ou com eles nas suas parcelas.

Os agricultores são peritos em conhecimentos ou saberes locais, empíricos e práticos cuja legitimação é fundada numa observação não sistematizada, mas validada pela sua própria experiência ou por aquela de outros grupos. Os critérios de validação inscrevem-se no meio real, daí a importância para os agricultores de experimentações na escala da parcela inteira e não de um bocado de 3m².

São alguns dos elementos na base de métodos de concepção da inovação em parceria, que aplicam enfoques como a pesquisa-ação (Thiolent, 1990), a mobilização dos saberes locais (Geertz, 1963) para a co-construção de mudanças técnicas ou organizativas (Triomphe e Sabourin, 2006).

Aplicações e perspectivas de renovação de métodos e instrumentos

Os dispositivos coletivos e institucionais dos agricultores

Num contexto de carências ou de desengajamento do Estado, os coletivos ou as organizações de agricultores passaram a assumir diversos papéis de interesse comum ou público: i) para assumir funções de interesse coletivo que o Estado não assumiu ou deixou de assumir; ii) para participar da elaboração ou da gestão de projetos de desenvolvimento local ou de manejo de recursos naturais (Sabourin *et al.*, 2005).

A maioria dessas experiências está sendo assumida por meio de diversas formas de organização dos agricultores. Utilizo, portanto o termo genérico de “dispositivos coletivos ou institucionais” no sentido dado por Mormont (1996): *arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação*. Essas iniciativas têm a ver, em particular, com o manejo compartilhado de recursos naturais comuns e com a produção de bens públicos locais de interesse geral: informação, conhecimento, referências técnicas, inovação, formação. Acompanho algumas experiências no Nordeste e no Centro-oeste, mas elas existem no conjunto do Brasil.

Bancos de Sementes Comunitários

No Estado da Paraíba, os Bancos de Sementes Comunitários (BSC) da zona semi-árida cujo objetivo inicial era manter estoques de milho e feijão de um ano para outro, têm contribuído progressivamente para a conservação e recuperação de espécies locais e de cultivares adaptados aos ecossistemas e aos modos de consumo da região (Almeida e Cordeiro, 2001). Os BSC obtiveram um reconhecimento oficial da Secretaria de Agricultura do Estado para que assumam o programa público de distribuição e conservação de sementes, nos municípios onde estão implantados (tabela 1). Isto permitiu a certas dessas estruturas informais passarem a existir e serem reconhecidas. Puderam assim encontrar novos recursos e, sobretudo, uma legitimidade institucional para continuar a sua dupla função de segurança alimentar e de preservação e valorização das variedades locais de feijão e milho, garantindo mais biodiversidade (Almeida *et al.*, 2002).

Tabela 1: Evolução dos Bancos de Sementes Comunitários na Paraíba.

Ano	Número BSC	Nº Famílias	Reserva em T	Nº Municípios	Nº Silos
1998	62	1 860	15		
1999	129	3 830	66,5		
2000	200	6 920	100,4	55	98
2004	220	7 145	162	55	488

Fonte, Pesquisa, 2005

Este reconhecimento se traduziu por acordos contratuais: Os BSC, lá onde existem, podem assumir a distribuição pública de sementes que vai da avaliação das necessidades à administração dos estoques e à sua redistribuição. A partir de 2002, mediante negociação da Comissão Sementes da Articulação do Semi-Árido/Paraíba (ASA-PB), o apoio público é repartido por 50% em sementes e 50% em recursos financeiros, de forma a permitir aos BSC de pré-financiar a compra de variedades locais junto aos agricultores segundo as necessidades, no conjunto da região e não apenas no nível local. Finalmente, uma lei do Estado da Paraíba

legaliza a distribuição via os BCS, de sementes que não são obrigatoriamente certificadas por firmas especializadas.

Os grupos de agricultores experimentadores na Paraíba

Os grupos de agricultores experimentadores (A-E) foram criados nos anos 1998-2000 pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos Municípios (STR) de Remigio, Solânea e Lagoa Seca, no Agreste da Paraíba, com o apoio da ONG, As-pta (Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa) (Sidersky e Silveira, 2001). Adotaram essa denominação depois de uma visita aos grupos de A-E da América Central em 1996 (Hocde, 1997). São constituídos localmente, a partir de agricultores familiares, que testam tecnologias, práticas ou espécies novas na sua propriedade de maneira voluntária, a partir de uma programação coletiva. Eles se comprometem em socializar os resultados das experimentações a partir de visitas das suas propriedades e aceitam divulgar os métodos para outros agricultores, por meio de ações de treinamento, onde atuam como monitores.

O acompanhamento é coletivo. A socialização final é realizada mediante uma reunião de avaliação dos resultados no fim do ciclo agrícola e nas festas de fim de ano civil. A sistematização e valorização científica dos resultados constituem um gargalho, sendo ocasionalmente assumida pela As-pta ou por pesquisadores das Universidades regionais. (Hocde, 1999).

Progressivamente, o processo evoluiu de uma lógica de participação dos agricultores a experimentação dos agrônomos, a uma lógica de acompanhamento dos agricultores pelos agrônomos para seus experimentos individuais e logo coletivos. Hoje, os agricultores experimentadores constituem uma rede regional apoiada logisticamente pelo Pólo Sindical da Borborema (tabela 2), recebendo via o pólo, uma capacitação e um acompanhamento metodológico da As-pta, da Asa-Pb e de centros de pesquisa. O objetivo continua sendo a construção de um dispositivo de inovação em parceria entre coletivos de agricultores e centros de pesquisa. Estão programando o primeiro congresso de Agricultores Experimentadores da Paraíba (Sabourin et al, 2003, 2006).

Tabela 2: Evolução dos agricultores experimentadores (A-E) no Pólo Borborema.

Ano	Nº A-E	Nº Grupos	Comunidades	Municípios	Tipo
1996	15	5	15	3	Grupos de interesse temático
1998	40	6	20	3	Grupos locais de AE
2000	100	7	25	3	Idem
2004	150	15	162	10	Rede dentro do Pólo Sindical

Fonte: Pesquisa junto ao PSB-PB e a Aspta, 2005

Fundos rotativos para construção de cisternas

Há quinze anos, várias organizações de produtores apoiadas por ONG's e paroquiais estão difundindo cisternas para armazenamento das águas de chuva na região semi-árida. Trata-se de um sistema econômico (uns 800 reais para 15 a 20 m³), de cisternas cilíndricas e semi-enterradas feitas de placas finas de cimento pré-moldado. A divulgação desse modelo foi acompanhada, em várias regiões, notadamente em todo o Estado da Paraíba, de diversas formas de crédito rotativo com caução solidária que vão do autofinanciamento total (tipo consórcio) ao reembolso parcial ou total do custo do material, a cisterna sendo geralmente construída pelos próprios produtores em sistema de mutirão, com pré-financiamento realizado com recursos administrados internamente. Essas medidas de crédito e de autofinanciamento

parcial têm um forte valor simbólico. Além dos argumentos em termos de autonomia, independência e responsabilização dos atores locais, elas oferecem uma alternativa ao clientelismo dos políticos locais que preferem distribuir gratuitamente poços, bombas e cisternas (ou água suja por caminhões pipa) para conseguirem benefícios eleitorais imediatos, sem se preocupar depois da manutenção desses equipamentos.

Quadro 1: Indicadores de construção de cisternas com fundos rotativos no Estado da Paraíba

Comunidade de Caiçara (Soledade-PB)

11 cisternas em 2 anos (uma só financiada na origem)

Comunidade de Gamaleireira (Massaranduba-PB)

91 cisternas em 3 anos (10 + 15 = 25 financiadas)

Pólo Sindical da Borborema

- Municípios de Remígio, Solânea, Lagoa Seca e Massaranduba

228 cisternas entre 1998 e 2000

328 em 2001

- Município de Esperança: 178 cisternas entre 1998 e 2001

Fundos rotativos no Estado da Paraíba (2005)

- 20 000 famílias

- 1 800 comunidades

- 140 municípios

Desde 2002, a Articulação no Semi-Árido-Brasil/ASA-Brasil (federação das Articulações do Semi-Árido dos diversos Estados do Nordeste) negociou junto ao Estado Federal um amplo programa de apoio às iniciativas de construção desse tipo de cisternas: o « *Programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas/PIMC* » administrado por Unidades de Gestão da própria ASA em cada Estado. Na Paraíba toda, o PIMC integrou o sistema dos fundos rotativos solidários, sem que isto limitasse a multiplicação das cisternas (quadro 1). Isto não deixou de provocar protestos de certos executivos regionais. Na Paraíba toda, o PIMC é financiado pelo sistema dos “Fundos Rotativos Solidários”.

As iniciativas em Unai

Os 25 assentamentos de reforma agrária de Unai (60 000 ha. para quase 2000 famílias) contam apenas com dois técnicos da Emater-MG. Além da carência de assistência técnica houve uma falta de compromisso das consultoras privadas financiadas pelo INCRA. Não entanto, o município beneficia de duas potencialidades: referências técnico-econômicas produzidas por um projeto de pesquisa-desenvolvimento (Embrapa, Unb, Cirad) e a presença de 14 jovens assentados formados como agentes de desenvolvimento rural pelo curso de alternância na Escola Técnica Agrícola J. Martins de Unai (com apoio do Pronera, da UnB, etc).

A primeira tentativa de valorização desse potencial, mediante o credenciamento do STR de Unai junto ao sistema de ATES foi negada pela superintendência regional do INCRA.

Numa segunda tentativa o STR de Unai negociou em parceria com a Embrapa, a Escola Técnica agrícola e com apoio financeiro para capacitação do MDA-SAF, a formação do seu próprio corpo técnico, juntando onze dos jovens técnicos diplomados do município.

Os primeiros resultados da aplicação experimental de métodos que responsabilizem os agricultores (PEP, Construção de inovação em parceria, grupos de interesse) mostram as dificuldades para negociar sistemas de assistência técnica coletiva (via grupos de interesse).

Apesar da ausência total de apoio técnico, os assentados acostumados a políticas assistencialistas, exigem uma assistência individual ou personalizada. Mas os agricultores como as suas associações aceitam a idéia de financiar uma parte dos custos desse corpo de ATER criado por eles e a partir de jovens técnicos locais com os quais eles se identificam.

A construção de parcerias foi essencial, mas deve ser ampliada: Escola agrícola, Emater-MG, Pólo Sindical, Prefeitura Unai, Coopatec (cooperativa de técnicos dos ex-alunos do curso de Unai), Capul (Cooperativa Agropecuária Unai Ltda), etc

As modalidades de apoio para assegurar a manutenção desse dispositivo de ATER vão precisar da negociação dessa parceria entre os técnicos, o STR, as associações comunitárias e os poderes públicos. A formalização de contratos (não obrigatoriamente comerciais) ao exemplo dos bancos de semente, dos fundos rotativos solidários ou das Escolas Familiares poderia constituir uma alternativa. Para isto, precisa, às vezes, contar com vários anos de capacitação dos atores locais, de negociação de modalidades que não correspondem às prestações ou aos serviços geralmente financiados pelas instituições.

Para essas etapas preparatórias, é fundamental contar com recursos próprios, parcerias e alianças. Essa é a via da aprendizagem coletiva ou institucional que foi adotada em Unai e em muitos casos no Brasil.

Ensinaamentos dos dispositivos dos agricultores para extensão rural

Nesses dispositivos coletivos ou institucionais encontram-se quatro elementos recorrentes :

- i) são criados por grupos de agricultores para assegurar o apoio a uma produção familiar destinada ao mercado ou a fins domésticas (água, auto-consumo);
- ii) asseguram ao mesmo tempo outras funções (não mercantis) de interesse comum ou geral: preservação da biodiversidade, manejo da caatinga, segurança alimentar local, abastecimento em água, produção de referências e inovações, assistência técnica, capacitação, etc.
- ii) funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas (ajuda mútua, mutirão, compartilhamento, redistribuição, etc.) fundadas ou regidas por regras de reciprocidade² e associadas a uma identidade coletiva;
- iv) podem beneficiar de um reconhecimento, de um apoio institucional ou financeiro público (municipal, estadual ou federal), essencial para o seu funcionamento, mas fonte de tensões entre ação coletiva e ação pública.

São dispositivos coletivos locais de apoio à produção familiar : Os bancos de sementes (BCS) e as cisternas associam um apoio à produção e uma segurança em termos de abastecimento em milho e feijão e em água potável. Por outra parte, esses dispositivos apenas têm existência e resultados em função do seu caráter coletivo; o sistema de construção e funcionamento de cisternas e os bancos de sementes são associativos ou comunitários. Os Grupos de Agricultores-Experimentadores (AE) reúnem (como os bancos de sementes às vezes) várias comunidades vizinhas. Os grupos de interesse em Unai são comunitários e o grupo de assistência técnica, municipal. Esses dispositivos remetem, por tanto, no seu funcionamento e nos seus resultados, para escalas territoriais maiores que a unidade de produção: a comunidade ou várias comunidades, o município ou o território regional (Pólo sindical da Borborema).

Assim, no Nordeste semi-árido do Brasil como nos assentamentos do Cerrado ou da Amazônia (Veiga e Albaladejo, 1999), a maioria dos serviços de gestão dos recursos naturais

² Reciprocidade no sentido antropológico : a reciprocidade é o redobramento de uma ação ou de um ato (Temple, 2004, Sabourin, 2004); trata-se de atos entre seres humanos ou, melhor dito, capazes de tornar-se humanos graças a reciprocidade, considerando que como sujeitos, eles não pré-existem às suas relações.

comuns ainda é assegurada por dispositivos coletivos de agricultores, herdados ou readaptados das práticas das comunidades camponesas.

O funcionamento desses serviços, muitas vezes voluntários e gratuitos, permanece frágil, em decorrência da falta de meios e das prioridades econômicas cada vez mais monetárias das famílias rurais.

Podem beneficiar de apoios dos poderes públicos, mas, na maioria dos casos acompanhados, isto não acontece sem dificuldades e tensões, em particular com os serviços de ATER. Em vez de constituir uma concorrência não profissionalizada aos serviços públicos de extensão, tais dispositivos oferecem ao contrário, oportunidades de parceria³ e têm, geralmente diversas demandas de apoio para os centros de pesquisa, ensino e desenvolvimento (Sabourin *et al*, 2003, 2006).

Que instrumentos de políticas públicas para a extensão rural

Num contexto de desenvolvimento da economia de mercado neoliberal com pressões para a privatização dos serviços públicos, é sem dúvida fundamenta para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira pode contar com um serviço público de extensão rural e de recursos públicos dedicados a essa função.

Neste sentido, cabe reconhecer os esforços do governo federal, mediante o MDA por ter empreendido, a partir de consultas e conferências estaduais e nacionais, a reconstrução de uma política nacional de ATER a partir do setor público.

Ao mesmo tempo, cabe ser realista e pragmático, o tamanho da necessidade e da carência é tal que não se pode contar apenas num sistema de extensão rural inteiramente assumido por recursos humanos públicos. O importante é, como propõe o MDA ter uma política pública para garantir diretrizes e estratégias, recursos pluri-anuais, orientação e capacitação dos recursos humanos.

O país e as sua agricultura familiar, em particular os assentamentos de reforma agrária já sofrem das conseqüências da política dos governos anteriores que passou a aplicar cada vez mais recursos públicos da extensão por meio de operadores privados, sem dispor dos meios de fiscalização e de controle de qualidade.

Uma das alternativas seria uma parceria mais forte entre a ação pública do estado (federal, estadual municipal) e a ação coletiva dos agricultores, por exemplo, junto com os dispositivos institucionais dos agricultores.

Infelizmente, continua sendo mais fácil o MDA credenciar para ATER ou ATERs empresas e consultoras privadas que sindicatos, associações ou cooperativas de agricultores. Faltam dispositivos para desabilitar empresas que não assumem o serviço ou praticam fraudes.

Parcerias são indispensáveis: nos países da Europa que fizeram a opção pela agricultura familiar os sistemas de extensão estão sendo administrados pelas organizações de agricultores. Isto não quer dizer entregar o sistema de extensão para uma organização cooperativa ou sindical dominante, nem tampouco aparelhar os ministérios e departamentos encarregados da agricultura e do desenvolvimento rural a partir dos movimentos sociais do campo.

Existem câmaras de agricultura locais e regionais, administradas de maneira colegial após eleição de agricultores representantes do conjunto das organizações das diferentes categorias e

³ Pode-se definir a parceria como o conjunto dos laços formalizados que se tecem entre atores, num território, numa organização, para reunir meios (humanos e financeiros) em torno de projetos ou de programas construídos em comum para atingir objetivos compartilhados (Lindenperg, 1999)

tendências políticas da agricultura. O sistema de administração colegial funciona da mesma maneira para os bancos cooperativos e as entidades *mutualistas* de seguro, serviços e saúde. Hoje, no Brasil, graças aos ensinamentos do Pronaf, dos conselhos territoriais, a dinâmica dos fóruns híbridos e das articulações regionais ou temáticas, existe uma experiência de gestão colegial no meio rural brasileiro (Sabourin *et al.*, 2005)

Renovação dos instrumentos de desenvolvimento rural

Uma das alternativas em termos de política de desenvolvimento rural consistiria em assegurar a perenidade, a reprodução ou a modernização dos dispositivos institucionais dos agricultores que assumem funções de interesse público ou coletivo. Tal política passa pelo conjunto das modalidades de reconhecimento (jurídico, político, territorial) e de instrumentos de apoio (técnico, pedagógico, institucional ou econômico) destinados a assegurar a existência legal, o funcionamento e o manejo de tais dispositivos.

Certas dessas funções são assumidas pelos agricultores em grande parte por necessidade. Precisamente por isso, dependem de estruturas e de regras de reciprocidade construídas na história e que já passaram por diversas adaptações. Recuperar essas funções significa também, contribuir para a preservação dessas estruturas econômicas de reciprocidade e de redistribuição (ajuda mútua, manejo compartilhado de recursos) e dos valores humanos que produzem (Sabourin, 2005, Temple, 1997).

Fortalecer a institucionalização e a reprodução desses dispositivos coletivos constituiria uma forma original de articulação negociada e contratual entre ação pública do Estado e a ação coletiva dos agricultores. Ofereceria quatro vantagens:

- manter as práticas e prestações coletivas necessárias ao apoio à produção agropecuária
- manter e reproduzir as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais associadas a essas prestações coletivas gratuitas;
- manter o potencial de valores humanos gerados por essas estruturas de reciprocidade
- reduzir custos públicos, evitando confiar essas prestações a empresas capitalistas.

Diversas modalidades de apoio são possíveis, desde a atribuição de um estatuto jurídico, de equipamentos ou infra-estruturas ou de subsídios submetidos a condições negociadas : contrato, prestação de serviços, manejo de recursos ou de bens comuns.

Pode se tratar, por exemplo, de validar ou reconhecer num marco legal, práticas preexistentes como a atribuição de direitos de propriedade coletiva ou de direitos de uso as associações de agricultores usando e manejando reservas de floresta, de água ou de sementes.

Para manter a parte de responsabilidade coletiva e de relativa gratuidade das prestações dos agricultores, o estabelecimento de contratos via um dispositivo local constitui uma primeira alternativa (Sabourin, 2006a).

Formação de recursos humanos para a parceria entre extensão pública e organizações de agricultores

A questão da formação profissional dos extensionistas e, em particular, da evolução do currículo da agronomia é tão urgente e importante como a renovação dos enfoques, dos dispositivos e dos instrumentos de políticas públicas.

Hoje é mais fácil inovar na formação média, técnica ou, às vezes nos cursos de especialização que conseguir mexer no currículo da graduação de agronomia. Vamos chegar ao ponto que técnicos médios ou até agricultores vão se tornar mais competentes e adaptados as necessidades da realidade que os agrônomos titulares dos diplomas exigidos pelas empresas públicas.

Existe uma capacidade de transmissão de saberes e de saber-fazer mediante dispositivos institucionais construídos pelos agricultores familiares, com diversas alianças pedagógicas: Universidade camponesa, casas e escolas familiares rurais. O curso de alternância para formação de agentes de desenvolvimento rural entre assentados e filhos de assentados do entorno de Brasília (DF, parte de Goiás e Noroeste Mineiro) é outro exemplo de parceria entre instituições públicas (UnB, MDA-Incra-Pronera, Embrapa, Escola técnica agrícola Estadual J Martins de Unai, etc.) para tentar experimentar métodos, conteúdos e recursos pedagógicos adaptados a realidade da agricultura familiar regional e as demandas dos assentamentos.

O desafio é de ampliar esse tipo de formação segundo dois eixos: i) a capacitação de agricultores adultos, dos projetos de reforma agrária e das comunidades da agricultura familiar, ii) adaptar a abordagem sistêmica e construtivista, os conteúdos pedagógicos para a formação superior dos agrônomos e agentes de desenvolvimento rural.

Trata se de negociar com as universidades brasileiras e os CREA uma ruptura com o modelo de formação dos agrônomos de graduação que procede, às vezes, da lavagem de cérebro em termos de estratégia de desenvolvimento ou de técnicas agronômicas. Existe ainda uma formação tecnocrática de economistas, agrônomos e técnicos; como a tecnocracia dá poder ou é associada ao poder, os estudantes terminam sendo motivados apenas por interesses de poder ou de emprego. A ultima tecnocracia obrigatória na moda hoje é aquela do desenvolvimento sustentável, mas que poderá ser amanhã aquela da agricultura orgânica para o mercado de exportação.

Conclusão

Como reverter a perspectiva econômica utilitarista por um enfoque econômico orientado pelo eco-desenvolvimento que se preocupa dos grupos sociais, do bem estar do homem, por ser este ligado ao sentido e ao futuro da nossa própria existência?

Parece incontornável interrogar ao mesmo tempo a história e a realidade complexa das estruturas das sociedades e comunidades humanas em particular as sociedades rurais, que de alguma forma, e até há poucos anos, tinham conseguido preservar o nosso planeta.

A mobilização coletiva das organizações e das redes dos agricultores familiares pode, portanto seguir duas orientações. Por um lado, pode-se desenvolver apenas na base do sistema do intercâmbio capitalista. Por outro lado, as formas de organização dos agricultores, dos rurais e de outros atores sócio-econômicos, podem participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade.

Por isso é importante poder identificar, desenhar e fazer reconhecer interfaces entre os sistemas de reciprocidade e os sistemas de intercâmbio capitalista. O papel do Estado e da ação pública sendo, entre outros, organizar a produção de bens públicos ou de interesse geral, caberiam políticas públicas capazes de separar os princípios de intercâmbio e de reciprocidade, mas também de articular as interfaces necessárias entre os dois sistemas.

Bibliografia

- Almeida P.; Cordeiro A. 2001. Sistema de seguridade da semente da paixão. Estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro, AS-PTA, 120p.
- Almeida, P; Tardin J.M.; Petersen, P. 2002, Conservando biodiversidade em ecossistemas cultivados in: Seria melhor mandar ladrilhar ? Biodiversidade como, para que, porquê, Editoras UnB e Instituto Sócio Ambiental –(ISA), pp 140-151
- Berger P.; Luckman T. 1966/1986. La construction sociale de la réalité. Paris, Méridien
- Bonaiuti, M. 2001 La Teoria bioeconomica. La "nuova economia" di Nicholas Georgescu-Roegen, Carocci, Rome, 53p.
- Bourdieu, P. 1984 *Homo Academicus*, Paris. Editions de Minuit
- Bruntland, G. H. 1987, Our common future, Oxford : Oxford University Press,
- Compagnon D. 2001. La conservation de la biodiversité, improbable bien public mondial. In Colloque *Biens publics mondiaux*, Paris : AFSP/Section Etudes Internationales, 2001
- Daly, H. 1997 Políticas para o desenvolvimento sustentável, in Cavalacanti, C.(ed) *Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas* 179-192, São Paulo, Recife, Editora Cortez e Fundação Joaquim Nabuco
- Darre, J. P. 1996. L'invention des pratiques dans l'agriculture: vulgarisation et production locale de connaissance. Paris, Karthala, 192p.
- Darré J.P., 1999 La production de connaissances pour l'action. Arguments contre le racisme de l'intelligence. Coédition INRA MSH. Paris. 244p.
- Darré J.P., Mathieu A., Lasseur J., (eds) 2004 Le sens des pratiques. Conceptions d'agriculteurs et modèles d'agronomes. INRA. Paris, 320p.
- Elias, N. [1970] 2004. Qu'est-ce que la sociologie, Ed. de l'Aube, Agora Pocket, Paris, 222 p. em português ver « A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Engel P.G.H. 1997. The social organization of innovation. A focus on stakeholder interaction. Amsterdam, Holanda : Royal Tropical Institute, CTA, 238p
- Hocde H. 1997. No quiero plata, Quiero conocimientos. No equivocarse de planteamiento !. IICA-PRIAG, San José, Costa Rica, (série estratégica, Documento 22) 55 pp.
- Hocde H.. 1999. A lógica dos agricultores-experimentadores: o caso da América Central. Rio de Janeiro, AS-PTA. Série metodologias participativas, 2. 36p.
- Geertz, C. 1983. *Local knowledge : Further Essays in Interpretative Anthropology*. New york, Basic Books (trad. O saber local. Rio de Janeiro: Vozes, 2000).
- Georgescu-Roegen N. [1979] 1995 La décroissance, Entropie, écologie, économie (trad. J Grinevald et I Rens) Paris, Ed. Le Sang de la Terre, 321p. (ed. originale 1979, Genève)
- Katz E ; Lazarsfeld P. 1955. Personal influence : the part played by people in the flow of mass communications. New York, Free Press
- Latour, B. Ciência em ação : como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, UNESP. 2000. 438p.
- Lindenperg G. Les Acteurs de la Formation Professionnelle: pour une nouvelle donne. Rapport au Premier Ministre. Paris, 1999, 135p
- Mormont M. 1996 Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.
- Mormont, M. 2000 Scientific communication and sustainable rural development: in *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 1-5 agosto 2000.
- Ploeg J.D. Van der et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4): 391-407, 2000.
- Rogers, E.M.: Kincaid D.L.(1981) Communication Networks. Toward a New Paradigm for Research, The Free Press, New York, 386p.

- Röling, N.G. ; Engel, P.G.H. 1992. The development of the concept of Agricultural Knowledge and Information System: implications for extension. In: Rivera & Gustafson (ee) Agricultural extension: worldwide institutional evolution & forces of change, Amsterdam, Elsevier, 125-137.
- Sabourin E. 2004, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7 : 75-104; Aracaju, UFS.
- Sabourin E. 2005 Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 1-3 juin 2005 (GT 11 Territorios e atores rurais)
- Sabourin E. 2006a. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos in A diversidade agricultura familiar, Schneider Sergio (org.) Editora da UFRGS, Porto Alegre, série Estudos Rurais, pp. 108 -132
- Sabourin E 2006.b organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido, in *Associativismo, cooperativismo e economia familiar no meio rural*, Sabourin E (Org) *Cadernos do CEAM*, 23, Brasília, UnB, Ceam, Neagri, pp 51-93
- Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia* , 22, 293-307, Brasília
- Sabourin E, Hocde H, Tonneau JP, Sidersky. P 2006 Production d'innovations et interactions agronomes/agriculteurs dans l'Agreste de la Paraíba, Brésil. In « Agronomes et Innovation », Paris, L'Harmattan, *Cahiers de l'Académie d'Agriculture*, no prelo
- Sabourin E, Sidersky P, Silveira L, 2004. Farmer experimentation in north-east Brazil: The story of a partnership between smallholders' organisations and an NGO seeking to enhance agricultural innovation in the *Agreste* region of Paraíba State. in : *Advancing Participatory Technology Development ACP-EU,CTA*, La Haye, 191-207
- Sachs, I. 1980 *Stratégies de l'écodéveloppement*, Paris, Éd. ouvrières & Éd. Économie et Humanisme.
- Sachs, I. Palestra no colóquio do Comitê de ética do IRD, Collège de France, Paris, 27 de maio de 2005
- Sidersky P Silveira L. 2000. Experimentar com os agricultores. A experiência da As-pta na Paraíba. In *Metodologias de experimentação com os agricultores*, Embrapa, Brasília G Filho (ed). 33-58, serie Agricultura Familiar 5.
- Simon, A. A. ; Moura, L.V, 2006. Extensão rural para o ecodesenvolvimento. Aracaju, Fazer, 40p.
- Simon, A. A. 2006. Fragmento II: O novo ethos extensionista, in *Extensão rural para o ecodesenvolvimento*. Aracaju, Fazer.
- Temple D., 1997. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109
- Temple D., 2004. *Teoria de la Reciprocidad, tomo II : La economía de reciprocidad*, 392p PADEP-GTZ , La Paz, Bolivia
- Thieulent M 1999. Metodologia da Pesquisa Ação, Sao Paulo: Cortez
- Triomphe B. Sabourin E (ed.) , 2006 Atas da Oficina CIP Construção de Inovação em parceria, Brasília, 12-14/12/2005, Cirad, UnB, Embrapa
- Veiga, I; Albaladejo C. 1999. Representação dos conhecimentos agrícolas locais em duas localidades da região de Marabá . *Agricultura Familiar*, V2 n°2, Belém, UFPA
- Veiga J E (2005) *Desenvolvimento Sustentável – O Desafio do Século XXI* São Paulo, Editora Garamond Universitária, 226 p.
- Vinck D. 1999, "Les objets intermédiaires dans les réseaux de coopération scientifique", *Revue Française de Sociologie*, XL-2, p. 385-414.
- World Bank 2000 *World Development Report 2000: Reaching the poors*, Washington DC, The World Bank.